



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

RESOLUÇÃO

CONSELHO NACIONAL DA FENPROF

A situação política, económica e social portuguesa tem vindo a agravar-se. Os problemas que serviram de justificação para uma intervenção financeira e política da troika não se resolveram, nem tão-pouco se atenuaram, mantendo-se Portugal e os portugueses vítimas de políticas extremamente agressivas que continuam a destruir postos de trabalho, a empobrecer trabalhadores e pensionistas e a cavar cada vez mais fundas as assimetrias e desigualdades económicas, sociais e regionais. No plano político, são muito preocupantes os indícios de degradação da democracia, com os fortíssimos ataques desferidos por PSD e CDS ao Tribunal Constitucional a serem uma das faces mais visíveis, mas não a única. Por exemplo, no plano negocial e de relacionamento institucional, o governo limita-se a cumprir obrigações legais e mal, como se verificou em processos recentes, que deveriam ter sido de verdadeira negociação, nos quais o MEC se achou no direito de decidir a composição das comissões negociadoras sindicais e as “mais-valias” das suas propostas.

Quanto ao ministro Nuno Crato, depois de sucessivos pedidos de reunião que lhe têm sido dirigidos, só passado ano e meio agendou uma reunião com a FENPROF (11.07.2014). Neste período, a seleção que fez dos parceiros com quem reuniu, pôs em evidência uma opção partidária e ideológica clara em detrimento de obrigações institucionais.

Dessa reunião, não resultou qualquer compromisso concreto relativamente às matérias que, para a FENPROF, são neste momento, prioritárias, nomeadamente relacionadas com as condições de trabalho dos professores, o emprego, a mobilidade especial ou a sua situação de carreira após a aplicação da tabela remuneratória única (TRU). Por estarem no mesmo plano de prioridade, a FENPROF também colocou questões sobre o processo experimental de municipalização, o encerramento de escolas do 1º Ciclo, a aplicação da diretiva comunitária sobre vinculação de docentes ou, ainda, o financiamento do Ensino Superior e Investigação que é, cada vez mais, insuficiente. Como antes se referiu, o ministro, sem assumir quaisquer compromissos concretos para o futuro, referiu que alterações que obriguem a negociação com as organizações sindicais serão devidamente negociadas, o que, aliás, teria sempre de acontecer por imposição legal.

Apesar de o contexto político ser muito adverso, os professores, com a sua luta, umas vezes convergindo com outros setores profissionais, outras de forma autónoma, têm conseguido alguns ganhos que deverão ser reconhecidos e valorizados. Por exemplo, o reposicionamento de docentes na carreira, o pagamento da compensação por caducidade dos contratos a centenas de docentes ou, mesmo, a realização de concursos para ingresso nos quadros, ainda que aquém do

que seria necessário. Também a reposição do valor integral dos salários (que o governo quer voltar a cortar) resulta de uma insistente ação dos Sindicatos, quer no plano institucional, quer jurídico. Já antes, tinham conseguido acabar com a divisão da carreira e estancar o desenvolvimento do disparatado processo de avaliação de desempenho que, contudo, não foi alterado no sentido defendido pelos professores. Poderão ser curtos os ganhos para o que se desejava, mas, em tempos tão difíceis, eles confirmam que é possível obter resultados positivos se não desistirmos de lutar.

O ataque do governo aos trabalhadores portugueses tem agora duas frentes fundamentais: a que resulta do **Documento de Estratégia Orçamental** (DEO) destinado a condicionar os Orçamentos do Estado dos próximos anos aos compromissos assumidos pelo governo junto da troika e da EU, por via do tratado orçamental; a dita **reforma do Estado** que o governo pretende sujeitar ao guião “um Estado melhor”, um verdadeiro manual de desmantelamento das funções sociais do estado, um processo que constitui um efetivo ajuste de contas com Abril, há muito desejado pela direita no poder: governo e Presidente da República.

No âmbito do DEO destacam-se medidas como os novos *cortes salariais*, a *contribuição de sustentabilidade* (CdS) a impor nas pensões ou a criação de indicadores de natureza económica e demográfica para sua atualização anual, a *tabela remuneratória única* (TRU), o *encerramento de serviços públicos*, com grande impacto no parque escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico ou, no *ensino superior*, a reorganização da rede e a asfixia de instituições pela via de um financiamento insuficiente e ainda os fortíssimos cortes feitos na investigação científica.

No âmbito da reforma do Estado, a palavra-chave é “desresponsabilização”. Desresponsabilização do Estado central, nuns casos através da transferência de competências para níveis locais (*municipalização* e *contratos de autonomia* com escolas e agrupamentos), noutros pela privatização (novo tipo de *contratos de associação*, *criação de escolas independentes* e *cheque-ensino*).

A par das medidas já referidas, outras há que complementam as anteriores, com destaque para a aplicação do *novo estatuto do ensino particular e cooperativo*, o *novo regime jurídico das escolas profissionais*, o novo quadro sobre *Educação Especial* que, tudo indica, será mais um passo significativo no sentido da segregação e da exclusão, para que contribuam, ainda, a insistência na imposição de desajustados *processos de medição de conhecimentos e capacidades*, exclusivamente centrados nas teorias da instrução (metas curriculares e exames), a tentativa de desviar um crescente número de alunos para *vias vocacionais/duais* que, deliberadamente, são menos qualificadas, os *cursos de ciclo curto* a ministrar por instituições de ensino superior, entre outras.

Estamos perante uma panóplia de medidas que são impostas, não de forma avulsa e incompetente, mas sim de forma coerente, com o que visa acentuar e perpetuar a desigualdade de oportunidades e desmantelar a Escola Pública democrática, que mantém a matriz de Abril, e destruir direitos sociais, laborais e profissionais.

Todo este contexto, já de si bem complexo, conta ainda com outras **situações muito negativas**, como sejam a *forte taxa de desemprego* que se abate sobre os profissionais docentes, a *precariedade e crescente instabilidade* mesmo entre os professores dos quadros, a visível *intenção de degradar os estatutos profissionais e de desmantelar as carreiras* dos docentes, a

tentativa de também *desvalorizar a contratação coletiva* no ensino particular e cooperativo (que levou mesmo a AEEP a denunciar o contrato de trabalho) ou situações estranhas e de grande opacidade, como sejam os *exames de Inglês ao serviço da empresa Cambridge S.A.*, uma escandalosa ilegalidade como a *não remoção do amianto* das escolas, mesmo quando a degradação é visível, a injusta e indigna PACC de que o MEC diz não ter desistido, ou a indecorosa proposta de financiamento acrescido dos municípios que reduzam professores que são necessários, entre outros problemas.

Face à situação que se vive, não resta alternativa aos professores que não seja agir e lutar contra as políticas que são responsáveis por tantos e tão graves problemas, pela demissão do governo e a convocação de eleições antecipadas e por uma política alternativa que defenda a Escola Pública, respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, nomeadamente os profissionais docentes, e reforce as funções sociais do Estado, valorizando os serviços públicos que as concretizam.

Nesse quadro de ação e luta, torna-se necessário alargar consensos e convergências, informar e mobilizar os docentes e apelar a que, no debate e na ação de rua, deem mais força a essa inevitável e indispensável luta. Nesse sentido, o Conselho Nacional da FENPROF:

- Exige o respeito pelos direitos à negociação e efetiva participação na elaboração da legislação do trabalho e das matérias relacionadas com o sistema educativo, no respeito pela Constituição da República, pelo ECD e por outros quadros legais em vigor;

- Ratifica a realização do **Encontro Nacional “Pelo direito a ser Professor”**, no próximo dia **16 de julho**, pelas 15 horas, no Fórum Lisboa. Um encontro que, no final, se deslocará ao MEC para entregar a resolução que for aprovada pelos presentes;

- Considera que qualquer transferência de novas responsabilidades para o poder local deverá ser precedida de um debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa, designadamente dos docentes, exortando os professores que exercem atividade nos concelhos em que se prevê o desenvolvimento de experiências de municipalização a intervirem, exigindo o acesso a toda a informação e tomando posição sempre que tal se justifique;

- Propõe a realização de um grande **Plenário Nacional de Professores**, no início do próximo ano letivo, sob o lema **“Toca a reunir em defesa do ECD”**. A FENPROF deverá contactar outras organizações sindicais de docentes para, em convergência, convocarem a sua realização. Deste plenário, de acordo com a avaliação que for feita da situação que se viver, deverá sair um plano de ação e luta, a propor pelas organizações sindicais na sequência de uma auscultação aos professores sobre as medidas que o governo pretende impor, sendo ainda oportunidade para que os professores se pronunciem sobre as formas de luta que consideram mais adequadas para travar esse caminho;

- Decide a realização de um processo de auscultação dos docentes do ensino particular e cooperativo sobre as propostas de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) a apresentar pela AEEP, no âmbito do processo de conciliação no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), com o objetivo de obter contributos que permitam à FENPROF tomar a melhor decisão em defesa dos docentes deste

setor de ensino, tendo em conta o cenário de caducidade do CCT do EPC a partir de fevereiro de 2015;

- Apela ao aprofundamento da luta contra a precariedade de emprego e a instabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, provocadas pela recusa do MEC em regulamentar o que, no plano do direito comunitário tem força obrigatória (diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho), designadamente para o ensino superior e investigação ou fazendo-o de forma insuficiente para os restantes setores;

- Apela à subscrição das **petições** distritais / regionais em defesa da Escola Pública que ainda não reuniram as 4.000 assinaturas necessárias para que subam a plenário na Assembleia da República;

- Apela ao reforço da subscrição do **Apelo em defesa da Escola Pública** com vista a que, a partir do mesmo, tenha lugar uma iniciativa de relevo, de convergência da comunidade educativa, orientada para a concretização do objetivo definido;

- Considera indispensável manter o recurso às vias institucional e jurídica como igualmente importantes para a resolução de problemas. Compreende-se que ao ministro desagrade o que considera “judicialização” da ação da FENPROF, mas essa continuará a ser uma via, enquanto o governo e o MEC, em particular, persistirem em agir, em muitos aspetos, à margem da lei e contra a própria Constituição da República.

Lisboa, 11 de julho de 2014